

Circulação

Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Santa Catarina www.sintufsc.ufsc.br

Florianópolis - Santa Catarina - Junho de 2008
ANO 11 * N°88



Foto: Ricardo Casarini

- ✓ Regras mudam para pior a vida após anos de trabalho
- ✓ Aposentados e pensionistas sofrem o peso das leis
- ✓ Mercado se apropria do salário dos velhos
- ✓ Reformas da previdência acentuam a penúria na velhice

E muito mais nesta edição

Leia tudo
e
passe
adiante



Chega algum dinheiro, mas sinal ainda é vermelho

A plenária da Fasubra mais uma vez revela a fragilidade do movimento diante das batalhas reais a serem travadas. Os trabalhadores dedicaram muito do tempo falando sobre as situações que envolvem o reajuste salarial através da MP-431, em grande parte sem se dar conta de que o sinal permanece vermelho. O dinheiro que veio é mal distribuído e acentua as divisões e a indignação dos que se sentem excluídos e punidos por terem estudado e obtido uma titulação, que não serve para nada. A luta por uma carreira efetiva dos técnicos-administrativos em educação outra vez não foi a preocupação central da plenária, mesmo diante da ameaça do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, o PGPE, que estabelece uma lógica produtivista e quebra a luta por uma carreira própria dos TAS, além de promover mais divisões,

rompendo definitivamente a paridade com aposentados e pensionistas.

A plenária aprovou quase três dezenas de indicativos de ações relativamente à luta pelos Hospitais Universitários e contra as fundações de apoio e o projeto de fundação estatal de direito privado (PL-92), mas, espantosamente, deliberou por lutar apenas para "suspender" a portaria número 4. É um verdadeiro contra-senso que a plenária não tenha aprovado lutar pela revogação da perigosa portaria, que abre com toda a força as portas para a definitiva privatização dos HUs, quando passar no congresso a proposta das fundações estatais de direito privado.

E pelo avanço da tramitação do PL-92, a situação é realmente preocupante, pois persiste no campo da luta uma lentidão exasperante. Parece que nacionalmente poucos estejam

se dando conta de que a perda dos HUs 100% SUS é apenas a ponta do iceberg. O projeto de lei coloca em risco praticamente todo o serviço público. Quando ele for aprovado, inclusive as universidades podem virar fundação estatal de direito privado, consolidando a privatização aos pedaços que já hoje ocorre através das fundações de apoio. O relator do PL-92 incluiu no seu parecer mais duas áreas a serem abrangidas pelo novo modelo: o ensino e a pesquisa.

Enquanto nacionalmente o cenário da luta aparece em um plano de ação que aparenta ser mais pró-forma do que um campo de batalhas concretas, a base do Sintufsc se encontra em reuniões setoriais com coordenadores do sindicato. Ainda poucos respondem ao chamado para conversar, mas em algumas reuniões trabalhadores se manifes-

tam apontando as fraquezas do movimento, mas também alguma esperança. Houve quem indicasse a necessidade de que os trabalhadores das bases se encontrem em um fórum nacional para discutir problemas reais de organização e as lutas necessárias e urgentes que estão passando ao largo das plenárias.

A idéia é que, depois desta primeira rodada de reuniões setoriais de 2008, os trabalhadores fiquem estimulados a se organizar no próprio setor, buscando trazer uma contribuição mais sistemática para a agenda da ação sindical. Espera-se que cada local de trabalho também indique um ou mais representantes, de forma a estabelecer uma ponte entre a base e a coordenação. Nas reuniões a diretoria do Sintufsc também está incentivando que se construa uma pauta interna setorial de necessidades e reivindicações, a

exemplo do que já fizeram os trabalhadores do Restaurante Universitário.

Nas reuniões os diretores têm manifestado preocupação com a dificuldade para pôr em prática os planos de luta. O diagnóstico dos problemas reais é bastante claro para a maioria dos trabalhadores, mas ainda há pouca disposição para a ação de verdade. A acomodação das pessoas, agora que vai entrar algum dinheiro a mais no contracheque, é outro motivo de apreensão. Por isso, é preciso não perder a direção da estrada e enxergar que o sinal de alerta continua aceso para os trabalhadores da universidade: ou se faz alguma coisa agora, ou se aceita, sem reagir, o carreirão do Executivo, o PGPE. Também, se a luta contra a portaria número 4 e o PL-92 não sair do papel, todos vão perder, só para começar, o único HU 100% SUS de Santa Catarina.

"Migalha queria"

Hoje me sinto tão triste
Desesperado na dor, pedindo a ela
Um carinho, uma migalha de amor.
Queria que tu me entendesses e não
Te aborrestes com o que te digo
A vida traz grandes surpresas
Que a gente mesmo fica surpreendido
Já pedi, já te implorei para voltar



Novamente não me ouve,
e eu já sei,
O que sinto, ela não sente.

Culpa disso é o ciúme
Essa é a vida, esse é o destino
Quando mais o tempo passa,

Nosso grande amor jamais será esquecido.

Se não adianta implorar
Se a esperança é perdida
Peço a Deus que é poderoso
Dar um fim na minha vida
O meu último pedido:
Deus te dê um bem querer
Outro que sejas feliz
Já que eu não pude ser!

Altino Albano



Arte da greve/2007 - Desenho de Antonio Carlos Silva



CIRCULAÇÃO é uma publicação do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Santa Catarina - SINTUFSC
Unidos na Luta

Junho de 2008 * Nº 88
Tiragem: 3.000 exemplares
Jornalista responsável: Ricardo Casarini - SC 02517 JP
Editoração: Flávia Garcia
Diretora de Comunicação: Raquel Moysés

Endereço: Rua João Pio Duarte da Silva, 241 - Caixa Postal 5130
Córrego Grande - Florianópolis - CEP 88 040 970
Fone: (048) 3721-9220 - Fax: (048) 3234-5594
Endereço eletrônico: sintufsc@sintufsc.ufsc.br
Página na internet: www.sintufsc.ufsc.br

Eu sou a UFSC

Texto e foto: Ricardo Casarini

O “Eusou a UFSC” deste mês faz uma homenagem a um dos funcionários mais antigos, ainda na ativa, da UFSC. Claudionor dos Santos começou a trabalhar na universidade em 1965, quando o campus ainda era no centro de Florianópolis, na rua Bocaiúva. Desde o início Claudionor trabalha no Departamento de Finanças. São 43 anos no mesmo setor. Começou como “servente”, função que ocupou durante um ano. Ele conta que, naquela época, os funcionários recebiam terno, gravata e sapatos e eram obrigados a trabalhar uniformizados. A fiscalização, por parte da chefia, era enorme e eles não podiam deixar nada desarrumado, sem limpar ou fora do lugar. O trabalhador lembra que os serventes sempre tinham que trabalhar uma hora a mais depois que encerrava o expediente. Eles encera-

vam os móveis e faziam toda a limpeza do setor. As sextas-feiras eram dias de faxina, e eles ficavam na universidade até as três, quatro horas da manhã, para concluir o serviço. O trabalhador lembra orgulhoso que sempre contava com a ajuda do pai, que levava comida e acompanhava ele e os companheiros no serviço. Como nunca antes havia trabalhado servindo as pessoas, diz que enfrentou algumas dificuldades. Anteriormente já havia trabalhado com publicidade, colocando panfletos nos ônibus, de lanterna no Cine Hits e de entregador de gás. Claudionor relembra um dos dias em que ficou mais envergonhado em sua vida. No prédio do Departamento de Finanças trabalhavam cerca de 15 pessoas e a reitoria ficava bem embaixo. Quanto iam servir

café e água, que antigamente eram somente para os chefes, tinham que carregar uma bandeja com copos e garrafas e descer e subir uma escadaria. Com a pouca experiência no serviço, Claudionor deu um passo em falso e a bandeja caiu de suas mãos, fazendo um barulho enorme. Ele lembra que quando tentava recolher as coisas espalhadas pelo chão, a maioria dos funcionários da reitoria apareceu para ver o que havia acontecido. Situação que o deixou muito encabulado. O trabalho como servente durou aproximadamente um ano. Dedicado, o trabalhador procurou ir logo em busca de conhecimento. Passou a datilógrafo, depois oficial administrativo e, quando a reitoria foi transferida para o campus da Trindade, em 1970, já era técnico em contabilidade. Foi naquele ano que foi realmente contratado pela universidade. Anteriormente nem tinha carteira assinada. Claudionor vive na mesma casa, no centro de Florianópolis, há 50 anos, e há 38 é casado, sendo pai de três filhos e avô de dois netos. Uma das filhas também é contadora e se

formou na UFSC.

O trabalhador conta que quando a reitoria foi para Trindade só existiam dois prédios. “O restante do terreno da universidade era tudo mato.”

Claudionor diz que sempre se dedicou muito ao trabalho, que, para ele, “é prioridade”. Gosta das coisas bem feitas e chega bem cedo no setor. Anteriormente, quando todos os balancetes eram feitos manualmente, vinha para a universidade às cinco da manhã, para às oito passar o saldo do caixa para o reitor. O trabalho manual era bem mais difícil e desgastante.

Claudionor conta que chegava a ficar doente quando os cálculos não batiam. Por iniciativa própria pedia autorização para trabalhar nos finais de semana e passava o sábado e o domingo fazendo contas até descobrir o que havia de errado. Também carregava caixas e caixas de arquivos para casa a fim de concluir os relatórios. Ele lembra de um episódio em que havia 0,40 centavos de diferença no caixa e não sossegou enquanto não descobriu o que era. Conta que, quando descobriu, ligou para o

chefe, num sábado à tarde. Ele que respondeu: “O que tais fazendo aí?”

Agora, como diretor da Divisão de Contabilidade, e prestes a se aposentar, Claudionor se sente realizado e com o dever cumprido. Pensa que já deu sua contribuição para universidade, nesses 43 anos de dedicação.

O orgulho do trabalhador é de permanecer todos estes anos no mesmo setor, que sempre foi referência para outras universidades. Ele explica que, no passado, de 15 em 15 dias vinham servidores de outras universidades para aprenderem com o setor de finanças da UFSC.

Hoje em dia o trabalho de contador é bem mais tranquilo. É tudo informatizado e programas facilitam muito a vida dos contadores. O sistema foi todo renovado e tudo ficou mais rápido e fácil”, garante o trabalhador.

Nos dias de descanso, depois que sair a aposentadoria, Claudionor pretende dividir seu tempo entre ajudar a esposa, que é artesã, e cursar a casa de praia na Lagoa de Ibiraquera, pegando siri.



Claudionor em seu local de trabalho: para o contador tudo ficou mais rápido e fácil

Fasubra já defende PGPE

Texto e foto: Ricardo Casarini

No início do mês de junho, entre os dias 2 e 4, foi realizado na Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, o Fórum Nacional das CIS – Comissão Interna de Supervisão da Carreira dos Técnicos-Administrativos. Um dos coordenadores gerais do Sintufsc, Rodrigo Borges, participou do evento, que reuniu cerca de 150 pessoas de várias universidades brasileiras.

Rodrigo considera que a experiência foi muito proveitosa e informa que, ao final, foi constituído a “carta de Curitiba”, com vários encaminhamentos sobre a carreira. Ele lembra que há anos não acontecem reuniões da CNS – Comissão Nacional de Supervisão, como está previsto.

Rodrigo relatou que no primeiro dia os participantes discutiram a Medida Provisória - 431 e as emendas propostas para essa MP. Há informações de que são mais de 260 emendas e que quatro são relacionadas ao PCCTAE - Plano de Carreira dos Cargos

Técnicos-Administrativos em Educação.

Fasubra e Sinasefe estavam presentes e, segundo a Fasubra, é necessário rever a questão do aprimoramento, do teto da tabela e da racionalização. Os diretores da federação presentes afirmaram que é o MPOG – Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão que está travando os encaminhamentos. Um dos coordenadores da Fasubra, Paulo Henrique, em sua avaliação sobre o PCCTAE, fez declarações que geraram preocupação entre os trabalhadores. Paulo Henrique afirmou que não existem perspectivas para o PCCTAE e que a categoria já tinha decidido pelo PGPE - Plano Geral de Cargos do Poder Executivo. Rodrigo chamou atenção para o fato de que essa posição do diretor da federação não foi discutida em nenhuma instância da Fasubra e nem nas bases. Segundo o coordenador do Sintufsc, a

maioria das bases ainda não fez essa discussão. Na UFSC, por exemplo, os técnicos já deliberaram contra o PGPE, principalmente porque o plano abandona os aposentados e pensionistas, quebrando a paridade.

Outro diretor da federação, Luis Antonio, afirmou que eles acreditam que “financeiramente o PGPE é mais interessante”.

Na discussão sobre a racionalização dos cargos, os diretores da Fasubra alegam que fazer a racionalização gera muitas despesas, que é necessário muito dinheiro. Uma avaliação de um dos palestrantes, Marcelo Rosa, dá conta de que, na realidade, a demanda financeira para se aplicar a racionalização dos cargos nas universidades não é tão grande, algo em torno de 200 milhões. Para o MOPG não tanto dinheiro assim, diz. A avaliação aponta que a principal dificuldade seria jurídica e não financeira, desmentindo assim o que foi dito pela Fasubra durante o fórum.

Para Rodrigo Borges, O PCCTAE ainda não é um plano de carreira e precisa ser aperfeiçoado. Mas para isso acontecer é preciso iniciar imediatamente uma luta concreta.



Rodrigo Borges defende a carreira dos STAs

Entenda como funcionam e qual é o papel das comissões

Comissão Nacional de Supervisão (CNS)

– cinco da Fasubra e três do Sinasefe.

A Comissão Nacional de Supervisão do Plano de Carreira foi criada pela Lei 11.091/2005. Vinculada ao MEC, ela tem a finalidade de acompanhar, assessorar e avaliar a implementação do Plano de Carreira. É paritária, composta por 16 membros, sendo oito representantes do movimento sindical (Fasubra) quatro do MEC e quatro dos Dirigentes das IFES e das entidades representativas da categoria

Comissão Interna de Supervisão

A CIS foi criada em janeiro de 2005 e instalada no mês de julho do mesmo ano. Ela tem por finalidade acompanhar, orientar, fiscalizar e avaliar a implantação do Plano de Carreira nas IFES e propor à Comissão Nacional de Supervisão as alterações necessárias para o aprimoramento do Plano de Carreira, o PCCTAE.

Fique Atento

4º Fórum de unidade dos Comunistas I Congresso da Conlutas

De 17 a 19 de julho, na Assembléia Legislativa de Santa Catarina, em Florianópolis, será realizado o 4º Fórum de Unidade dos Comunistas. O evento é organizado pelo Partido Comunista Brasileiro, Fundação do Partido Comunista e Corrente Comunista Luiz Carlos Prestes. Informações e inscrições: forumunidadecomunista4@gmail.com. Programação na página do Sintufsc na internet www.sintufsc.ufsc.br.

Tribunal Popular

Nos dias 4 e 5 de julho será realizado, em Joinville, o Tribunal Popular para julgar a intervenção federal na Cipla e Interfibra (fábricas ocupadas). A realização do tribunal é organizada pelo Comitê Contra a Intervenção nas Fábricas Ocupadas que conta com a participação de trabalhadores da cidade e do campo, organizações sindicais e parlamentares comprometidos com a luta da classe trabalhadora. O tribunal contará com a participação de delegações internacionais. Mais informações <http://tremasmaos-dacipla.blogspot.com/>

Os trabalhadores técnico-administrativos da UFSC elegeram 13 delegados e dois observadores para representarem a categoria no I Congresso da Conlutas – “Se muito vale o que é feito, mas vale o que será”, que acontece nos dias 3, 4 e 5 de julho, em Betim, Minas Gerais. O Sintufsc contratou um ônibus para levar os representantes da base e, em solidariedade com outros movimentos sociais, vai disponibilizar as vagas excedentes para outros militantes viajarem.

Os delegados, se reuniram nos dias 12 e 18 de junho, na sede do Sintufsc, para discutirem os temas do congresso. Algumas propostas foram levantadas e sistematizadas. No dia 19 aconteceu mais uma sessão da Assembléia Geral Permanente e as propostas foram apresentadas à categoria.

Os trabalhadores técnico-administrativos da UFSC, após debaterem amplamente as propostas, aprovaram uma “Carta dos Trabalhadores”, com cerca de 50 deliberações. A carta será apresentada e defendida no Congresso da Conlutas pelos delegados que irão representar a base. Confira na página do Sintufsc na internet (www.sintufsc.ufsc.br) as deliberações para o congresso.

Carreteiro dançante em julho

Trabalhadores técnico-administrativos da UFSC estão reativando o Bloco "Nativos do Samba", da UFSC, para o próximo carnaval. O primeiro evento do bloco, com música, exposição de fantasias e outras atrações aconteceu no dia 6 de junho, no Sintufsc. Agora em julho, dia 25, a partir das 19h, na ASSUFSC (Volantes) será realizado o I Carreteiro Dançante do bloco. Os convites são limitados e podem ser adquiridos com os membros da comissão do "Nativos do Samba". Os interessados devem entrar em contato com Teresinha Ceccato, na Sala dos Conselhos, ramal 9661, ou Sandra Mara Machado Carreirão Gonçalves, no Departamento de Física, ramal 6772.

Renasce o Nativos do Samba



Se existe poesia existe vida

O livro é uma produção independente do poeta César Félix.

*Não sei
Talvez fosse assim
Porque talvez fosse você
Também se assim não fosse
assim não tinha de ser
e se não fosse você
se não tivesse talvez
ia de ser e não foi
tinha de ser e não fez*

César Félix é poeta, com formação em História pela UFSC, professor e ativista de movimentos sociais e culturais. Tem dois livros de poesia publicados: "A oficina da poesia" (2003) e "Se você olhar dentro do poema, o poema olhará dentro de você" (2006) – publicações independentes. Declamou poesia em vários projetos artísticos, entre eles: "Quintal das Artes" e projeto 12:30 (DAC-UFSC), "Caldo Cultural" (Bar Drakkar), Encontro Mundial dos Estudantes (Havana-Cuba). Apresentou o espetáculo "Espelhados – A vida refletida em poesia," no ano de 2006, ao lado de Ryana Gabech e Raphael Galcer, e "Harmonia da palavra" com Bernardo Sens. Livros diretamente com o autor poetacesinha@yahoo.com.br



Transparente Demais

Livro de poesias de Rosângela Bion de Assis

*Preciso controlar meu lado apaixonado
por correr riscos
curioso por conhecer madrugadas úmidas.
Fico tonta de prazer brincando no teu jardim.
Mas não posso ser Inconseqüente.
Preciso assumir a insalubridade dos meus
20 anos.
E controlar meu lado sincero demais,
transparente demais.*

*Agora eu colo estas palavras
Com uma única certeza
de que amanhã poderei repensar tudo.*

Rosângela Bion de Assis nasceu em Florianópolis, em 12 de março de 1968. Formada em Comunicação Social – habilitação em jornalismo pela UFSC. Trabalha desde 1988 como assessora de imprensa de entidades sindicais e associativas. Em maio de 2006 elaborou o projeto gráfico da revista *Pobres e Nojentas* e desde então é uma das responsáveis pela editoração da revista. Atualmente é assessora de imprensa do Sindprevs/SC – Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Público Federal no Estado Santa Catarina. O livro, publicado pela editora Letras, de Florianópolis, pode ser encontrado na livraria Livros e Livros, na UFSC, no Shopping Trindade e no centro da capital.



**TRANSPARENTE
DEMAIS**
rosangela bion de assis

Gente em luta por lugar de viver

Texto e fotos: Ricardo Casarini

Madrugada do dia 16 de junho, os termômetros marcam entre quatro e cinco graus, uma das noites mais frias do ano em Florianópolis. Na noite anterior, Modesto Azevedo, da União Nacional por Moradia Popular, saiu de sua casa no bairro Tapera para se juntar aos moradores da Vila do Arvoredo, conhecida como "Favela do Siri", no bairro Ingleses em Florianópolis. O militante passou a noite na comunidade, na casa de outro lutador, Nivaldo Araújo da Silva, vice-presidente da Associação dos Moradores da comunidade e morador da Vila do Arvoredo há oito anos.

Após a noite gelada, nas primeiras horas da manhã, Modesto e Nivaldo se juntaram a moradores do bairro para protestar. A manifestação organizada pela União Nacional por

Moradia Popular, Associações Florianopolitana de Entidades Comunitárias e a Associação de Moradores da Vila do Arvoredo pretende romper com "enganação" da Prefeitura Municipal de Florianópolis. Faixas, cartazes e gritos de ordem esquentam as pessoas para a luta. Crianças, jovens e adultos se unem para reivindicar seus direitos. Uma das frases, em um cartaz carregado por uma criança, estampava o capítulo I, do artigo 5º da Constituição Federativa do Brasil: "Todos são iguais perante a Lei". Mas, infelizmente, o semblante dos moradores da comunidade demonstra que, na realidade, as coisas não são bem assim. Há muito tempo as pessoas que ocuparam esta região de dunas, uma área de preservação permanente, lutam para

garantir melhores condições de moradia e de vida. Quem chega no bairro dos Ingleses nem imagina a situação e as numerosas dificuldades que os moradores da Vila do Arvoredo têm que enfrentar diariamente. Ao contrário de grande parte dos Ingleses, que é ocupada por grandes casas, pontos comerciais, hotéis e restaurantes, a comunidade é formada por casas simples, algumas de alvenaria, outras de madeira e telhado de Brasília. Asfalto nunca chegou, lixo se acumula por todos os lados, sistema de tratamento de esgoto não existe. Algumas casas sequer possuem água encanada e a fiação que conduz a energia elétrica é antiga e com ligações clandestinas.

Uma das maiores ameaças à saúde e à vida dos moradores são as dunas. Os ventos fortes fazem com que elas se movam e invadam as moradas. Casas e ruas inteiras correm o risco de serem soterradas.

Por muito tempo a "Favela do Siri", que possui cerca de 90% de seus habitantes vindos de outras cidades, foi deixada de lado e abandonada pelos governantes da cidade. Grande parte dos moradores possui documentos que comprovam a compra dos terrenos, desmentindo o que é divulgado pelos políticos que alegam que a comunidade é resultado de uma simples invasão. Recentemente, um grande empreendimento imobiliário, o "Costão Golf", também instalado em uma área de preservação permanente, como o famoso hotel Costão do Santinho, chamou a atenção sobre a comunidade. O condomínio Costão Golf faz parte do Grupo Marcondes, que alega que a "Favela do Siri" impossibilita os clientes do grupo de apreciarem a "bela vista" do teleférico que irá percorrer a região, ligando os dois empreendimentos do Grupo Marcondes, o Costão Golf e o Costão do Santinho.



Criança protesta na comunidade do Siri

Glauceli Carvalho Santos Branco, a "Galega", da Associação dos Moradores, diz que a partir de questionamento do grupo Marcondes, a prefeitura da cidade começou a se empenhar para retirar os moradores do lugar.

Foram várias reuniões e audiências que levantaram algumas possibilidades para a remoção dos moradores. Um dos possíveis lugares que foram oferecidos para abrigar a comunidade é um terreno no Capivari de Baixo. Outro, um terreno que pertence à Casan, que fica num banhado nos Ingleses. Em ambas as opções a Prefeitura tem oferecido de três a cinco mil reais por casa ou terreno dos moradores da Comunidade do Arvoredo. Essa quantia é considerada insuficiente por eles, que afirmam que "com cinco mil não dá pra construir casa alguma".

Glauceli, mãe de cinco filhos e moradora da comunidade há dez anos, conta que os moradores fizeram um acordo com a prefeitura. Eles se comprometeram a não permitir novas ocupações e nem o aumento das casas que já estão construídas enquanto não conseguirem dar um desfecho para a situação. Com a atuação da associação de moradores o número de famílias diminuiu. Anteriormente eram cerca de 220 famílias, hoje são 165. A Floram – Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis fez um levantamento e demarcou as casas da comunidade, ficando proibido o aumento ou reforma delas.

Glauceli explica que a comunidade cumpriu rigorosamente sua parte do acordo com a prefeitura que, por sua vez, não cumpriu sua parte e até agora só tem "engano" os moradores.



Nivaldo: "Constituição é a Bíblia do povo"

Com os pés no chão

A manifestação “Com os pés no chão para acabar com a enganação”, realizada pelos moradores na manhã do dia 16, serve para marcar o rompimento do acordo com a prefeitura. Eles reclamam que enquanto ficam impedidos de realizar melhorias em suas casas, um terreno em frente à favela, localizado a cerca de 15 a 20 metros das primeiras casas, durante o fim de semana foi cercado. Ali levantou-se uma casa e um “motor-home” (ônibus-casa) ocupou o

lugar, que já conta com fornecimento de água e luz. O terreno que pertence à procuradora federal Edma Silveira Coelho servia de campo de futebol para os moradores da comunidade e ali eram realizadas as festas juninas, de fim de ano e das crianças. Edma explica que possui escritura pública do terreno e há 15 anos paga o IPTU. A procuradora conta que foi multada algumas vezes por má conservação do terreno, já mandou cercar duas vezes o local e recente-

mente pagou para serem tirados 15 caminhões de lixo e entulho do terreno. Como só tinha despesas e não conseguia fazer nada no terreno, Edma resolveu cercar e fazer a construção. Ela conta que a Fatma embargou verbalmente a obra.

Com a construção da casa os moradores se sentiram “traídos e enganados” pela prefeitura. Eles explicam que a “bronca” não é com a dona do terreno que, segundo eles, também é vítima e tinha o direito de construir. “O problema é que nós não podemos colocar nem uma tábua a mais nos barracos que estão caindo, enquanto os que têm dinheiro constroem uma casa no mesmo lugar. São dois pesos e duas medidas”, desabafam alguns.

Na manifestação a posição dos moradores ficou clara. Em nenhum momento as palavras de ordem e os gritos de revolta se dirigiram aos donos da casa construída no local. Nivaldo Araújo, quando falava ao microfone, trazia nas mãos a Constituição brasileira, que ele chamou de “a Bíblia do cidadão”. A Constituição diz: “A moradia digna é



Moradores lutam por melhores condições

um direito de todo brasileiro”. Por isso, os moradores da Comunidade do Arvoredo estavam ali, para exigir que seja cumprida a Constituição. Uma faixa vermelha, com palavras escritas em branco e preto confirma: “Comunidade do Siri unida por Moradia Digna”. Logo ao lado, um grupo de jovens demonstra o orgulho de estar na luta e empunham uma faixa com os dizeres: “100% Comunidade do Siri”. Os irmãos Adriano e João Carlos Goulart e o amigo Wanderlei Lopes fazem parte do grupo de rap Anjos da Rua, que trabalha com música, dança e

grafite na comunidade do Siri. Eles também são voluntários da ONG Gente Amiga, do Morro do Horácio e, agora no inverno, estão realizando uma campanha do agasalho para ajudar a população do Siri.

O ato dos moradores da Comunidade do Arvoredo termina com o compromisso de organização de um Projeto de Moradia Digna, encabeçado pelos próprios moradores. “Agora rompemos com a Prefeitura, vamos andar com nossas próprias pernas”, avisa Glauceli, a “Galega” da Associação de Moradores da Vila do Arvoredo.



Pés descalços na hora da luta

Palavra dos trabalhadores da base

Desde o começo do mês de junho estão acontecendo reuniões setoriais com os trabalhadores técnico-administrativos da UFSC. A realização das reuniões é uma das principais atividades aprovadas durante o Planejamento Estratégico da atual coordenação do Sintufsc. Os principais objetivos das reuniões são: Buscar a organização da base, recuperar lideranças, convidar trabalhadores para serem representantes setoriais e fazer um levantamento das necessidades da categoria para fazer ações baseadas no levantamento.

A pauta das reuniões é a seguinte:

- 1) Dúvidas sobre a MP - Medida provisória do Governo para reajuste salarial e retomada de luta pela carreira;
- 2) Informes das assembleias realizadas em maio e junho/2008 e relato da Plenária da Fasubra;
- 3) Palavra dos trabalhadores do setor e escolha de representantes da base;
- 4) Informes (Congresso da Conlutas, Consintufsc, Plano de Saúde, novas filiações, liberação para trabalho sindical e participação da base nas atividades do Sintufsc, ação interna do sindicato em casos de violência no trabalho, etc.)



Reunião Setorial no Etusc

Confira o cronograma das reuniões na página do Sintufsc na internet www.sintufsc.ufsc.br

Aposentados assediados por lei

Texto e fotos: Ricardo Casarini

Qual é a hora de se aposentar? Esta é uma pergunta que boa parte dos trabalhadores do serviço público faz. Com o avanço do tempo de serviço e da idade, cada pessoa começa a se preocupar em descobrir qual é a melhor hora para deixar a rotina de trabalho e viver outro momento da vida. Várias informações, muitas dúvidas e distintas interpretações sobre as regras da aposentadoria fazem com que a grande maioria fique confusa quando se aproxima a hora de se aposentar. Diariamente o setor jurídico do Sintufsc atende trabalhadores buscando orientações e informações sobre a aposentadoria. Hoje cerca de 1300 filiados do sindicato são aposentados ou pensionistas e boa parte dos trabalhadores da ativa se aproxima, ou já pos-

sui, tempo de serviço ou idade para se aposentar. Enaura Simas Graciosa é a coordenadora de Aposentados e Assuntos de Aposentadoria do sindicato. A trabalhadora participa ativamente da luta política da categoria. Assembléias, fóruns, reuniões e congressos contam com a palavra de Enaura sempre que ela pode estar presente. Mesmo morando no Campeche, ela pega o trânsito engarrafado do sul da ilha e procura não fugir do lema do último Seapen: Aposentados ativos na luta. Afinal, os aposentados têm muitos motivos para lutar, pois, cada vez mais, sofrem perdas e são "esquecidos pelo poder público". A trabalhadora já foi diversas vezes a Brasília para batalhar pelo direito dos aposentados e pensionistas. Ela comenta que

os aposentados se sentem "excluídos", como se fossem um grande incômodo para a sociedade. Enaura reclama que, na UFSC, por exemplo, um dos poucos vínculos que os aposentados tinham com a universidade era de, todos os meses, passar no campus para receber o contracheque. Ela explica que, sem prévia consulta, os aposentados passaram a receber o contracheque pelo correio. O que, em sua opinião, quebrou o vínculo que mantinham com a universidade. Enaura explica que, como outros aposentados, gosta de vir para a universidade, pois caminha pelo campus, revê amigos e conversa com as pessoas.

Esta reclamação, sobre o isolamento dos aposentados, até via contracheque, Enaura fez pessoalmente para o reitor da UFSC, Alvaro Prata, durante a audiência com a coordenação do Sintufsc, realizada na sede do sindicato dia 25 de maio. Após a cobrança da trabalhadora, o reitor e dois integrantes de sua equipe se comprometeram em trabalhar para buscar melhores condições de vida para os aposentados e maneiras que contribuam para a interação entre trabalhadores da ativa, aposentados e pensionistas. Alvaro Prata afirmou que é essencial que a administração da universidade, bem como outros setores da sociedade, pensem em como adaptar a vida para dar melhores condições às pessoas de maior idade. A luta dos trabalhadores para buscar uma aposentadoria digna é grande. Desde o ano de 1998 aconteceram várias mudanças no Regime Previdenciário do Brasil e, de lá para cá, os aposentados e pensionistas só acumulam perdas na hora de se aposentar e, muito mais, com o passar dos anos. Um dos grandes ataques à aposentadoria foi a reforma da previdência, promovida pelo governo Lula, em 2003.



Entenda como funciona o Regime de Previdência dos trabalhadores privados e dos servidores públicos

Hoje, no Brasil, existem três regimes previdenciários:

RGPS – Regime Geral de Previdência Social – operado pelo INSS, que se aplica a trabalhadores do setor privado;

RPPS – Regime Próprio de Previdência Social e Regime dos trabalhadores públicos, operado pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios; e

RCPS – Regime Complementar de Previdência Social – operado por empresas abertas ou fechadas de previdência complementar. O modo aberto é operado livremente pelo sistema financeiro, e pode ser contratado através de um banco, por exemplo, sem participação do empregador, somente do empregado. Já no modo fechado se trata de um contrato de um grupo ou uma empresa, com participação definida para o empregador e o empregado. São os chamados "Fundos de Pensão". Dentro do regime Complementar de Previdência existem duas formas de contratos. Na que possui o "benefício definido" se faz o contrato determinando o benefício a ser recebido no final, e a empresa que vai operar o plano calcula a alíquota a ser paga pelo empregador e o empregado para se obter aquele determinado valor de benefício na aposentadoria. Já no regime que possui a "contribuição definida" se faz um cálculo inicial de quanto se pode contribuir e, no final da operação, se vê quanto o trabalhador vai receber de benefício. Nesse sistema não existe o compromisso com o resultado, o fundo atua no sistema de capitalização e tudo vai depender dos investimentos e do resultado deles no mercado financeiro.

Regras da Previdência do Servidor Público

2003 - Reforma da Previdência

EC-41/2003 - Emenda Constitucional número 41. **Na EC-41 existem duas opções:**

Opção pelo Art. 2º
- idade mínima 53 anos homem e 48 anos mulher. O pedágio continua com um diferencial, a criação do redutor: 3,5% até 31 de dezembro de 2005 ou 5% a cada ano antecipado de 60 anos (homem) e 55 anos (mulher).
- cálculo da aposentadoria é feito através da tomada de 80% das maiores contribuições desde julho de 1994.

- exige 5 anos no cargo e 10 anos no serviço público
- fim da paridade com reajuste anual para "manter o valor real"
- abono de permanência
- pensão: remuneração até o teto do RGPS acrescido de 70% do que exceder

O servidor que optar pelo Art. 2º se desvincula da categoria e não obtém mais os ganhos conseguidos por ela.

EC-41 - Opção pelo Art. 6º

- tempo de contribuição 35 anos (homem) e 30 anos (mulher)
- idade mínima 60 anos (homem) e 55 anos (mulher)
- cálculo da aposentadoria integral

● exige 5 anos no cargo, 20 anos no serviço público e 10 anos na carreira
- mantém paridade entre ativos, aposentados e pensionistas
- abono de permanência
- pensão: remuneração até o teto do RGPS acrescido de 70% do que exceder



is que pioram a vida na velhice

EC-47 - PEC Paralela - Art. 3º

- tempo de contribuição 35 anos (homem) e 30 anos (mulher)
- idade mínima 60 anos homem e 55 anos mulher, com redução de um ano para cada ano a mais de contribuição acima dos 35 (homem) e 30 (mulher)
- cálculo da aposentadoria integral
 - exige 5 anos no cargo, 25 anos no serviço público e 15 anos na carreira
- paridade entre ativos, aposentados e pensionistas
- pensão: remuneração até o teto do RGPS acrescido de 70% do que exceder

Novas regras para quem entrou após janeiro de 2004

- tempo de contribuição 35 anos (homem) e 30 anos (mulher)
- idade mínima 60 anos (homem) e 55 anos (mulher)
- cálculo da aposentadoria feito através da tomada de 80% das maiores contribuições.

Aposentadoria por invalidez

Desde a Emenda Constitucional nº 41, as aposentadorias por invalidez seguem a regra da Lei 10.887/2004. A alteração quebrou a paridade entre o salário da ativa e o do aposentado. Assim, o cálculo do benefício é feito com base em média das contribuições do servidor, desde 1994. Isto significa diminuição drástica dos rendimentos do aposentado, justamente em momento crítico de sua vida, pois a aposentadoria por invalidez só é concedida quando o servidor não tem mais condições físicas de prestar o serviço a contento. Deste modo, independentemente da forma de aposentadoria por invalidez, se integral (doença profissional ou especificada em lei) ou proporcional (doença não especificada em lei), ambas perderam a paridade, gerando imenso prejuízo ao servidor.



Audiência com o Reitor: Enaura reclama que aposentados estão excluídos da vida da universidade

Projeto de Previdência Complementar para o Servidor Público

- Aplica-se aos servidores que entrarem após a aprovação do projeto no Congresso Nacional
- mediante opção, quem ingressou antes também pode entrar
- apenas um por Ente Federativo da União – Estados, Distrito Federal e Municípios
- instituição do mesmo teto que o do RGPS
- entidade fechada - natureza pública
- Contribuição definida**
- Sob o regime de contribuição definida elimina-se a possibilidade de déficit na contribuição.
- A relação de contribuição é 1x1 empregador/empregado

As perdas dos trabalhadores

Irineu Manoel de Souza, 34 anos de trabalho na UFSC, foi diretor do DAE – Departamento de Administração Escolar durante 23 anos e outros sete atuou como diretor

do DRH – Departamento de Recursos Humanos. Atualmente o trabalhador está licenciado para concluir o doutorado em Gestão do Conhecimento. Em seus estudos sobre a previdência do servidor público, destaca cinco pontos que considera fundamentais no processo de perda dos aposentados:

- 1º – Antes do governo FHC existia a Secretária de Administração Federal, um órgão dentro do Governo responsável pelos trabalhadores. Após

a eleição Henrique esse órgão foi extinto.

- 2º – Com as reformas de FHC as universidades perderam a autonomia na gestão de pessoal e o pagamento dos trabalhadores ficou centralizado em Brasília.
- 3º – Retirada da Procuradoria Geral, que passou a ser vinculada com a Advocacia Geral da União.
- 4º – Criação das carreiras típicas de Estado. Ou seja, carreiras especiais, com salários especiais. O resto ficou no esque-

cimento, como os funcionários da Saúde e os da Educação.

5º – Reforma da Previdência

Irineu também enumera as principais perdas dos servidores públicos a partir do governo FHC:

- extinção dos quinquênios e anuênios
- extinção da licença-prêmio por assiduidade
- extinção dos cargos relacionados aos serviços de conservação, como limpeza, vigilante, transportes, recepção, entre os outros. A partir daí começou a abrir-se espaço para a terceirização.
- apesar de o governo estimular as demissões voluntárias, houve limitação de contratações (concursos)
- extinção da ascensão funcional
- extinção das incorporações de chefias
- redução do prazo de licença (remunerada) por motivo de doença de pessoa da família
- extinção de licença (remunerada) para o desempenho de mandatos classistas (liberação para atuação nas associações e sindicatos)



O ultraje da velhice

Por Raquel Moyses - jornalista

A reivindicação é antiga, mas a decisão que o governo federal toma, supostamente para atender a um clamor antigo dos aposentados e pensionistas, mais uma vez acaba beneficiando bancos e financeiras que exploram os chamados "beneficiários" do INSS. Segundo divulgou a Agência de Notícias da Previdência Social, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) passaria a enviar, pelo Correio, todo mês de julho e de dezembro, contracheques para 25,184 milhões de aposentados, pensionistas e segurados que recebem auxílio doença ou benefícios assistenciais. O Ministério da Previdência divulgou, em sua página na Internet, que "o objetivo do documento é permitir que os beneficiários tenham facilidade em comprovar renda quando necessitarem fazer uma compra a crédito". Mais uma vez, por caminhos travestidos de "benefícios", o ministério estimula a compra financiada, responsável pelo endividamento de aposentados e pensionistas. A parceria do governo Lula com o sistema financeiro ficou evidente desde o primeiro mandato, quando bancos e financeiras despejaram na mídia uma propaganda ilimitada de créditos abertos sem necessidade de comprovação de renda ou qualquer outro tipo de garantia. "Esse é um direito básico dos aposentados. Uma justa reivindicação, mas foi necessário muito trabalho para desenvolver uma solução

capaz de atender a todos", afirmou Luiz Marinho - atual ministro da previdência, ex-ministro do Trabalho e ex-presidente da Central Única dos Trabalhadores, a CUT - ao anunciar a primeira remessa dos contracheques. No texto divulgado na página do ministério, o governo descarrega-se de responsabilidades. Nele se lê: "Preocupado com o endividamento desnecessário de aposentados e pensionistas,

Juros acima do mercado

Em março, numa operação de mídia bem estudada, no dia seguinte à divulgação da primeira remessa dos contracheques, o ministro da Previdência anunciou a redução do teto dos juros cobrados pelos bancos na concessão de crédito consignado em folha de pagamento do INSS. Marinho informou que a taxa cobrada nas operações de crédito pessoal cairá de 2,64% para 2,5% ao mês. No financiamento com cartão de crédito, os bancos poderão cobrar, no máximo, 3,5% em vez dos 3,7% atuais. O texto divulgado na página do ministério trazia, porém, sem destaque, uma infor-

de 2007 aposentados e pensionistas que fizeram empréstimos ficaram no prejuízo, pagando, na modalidade do crédito consignado, uma taxa de juros que já havia sido duas vezes reduzida para outras operações do mercado financeiro. Na verdade, a redução, agora anunciada como vantagem, é apenas uma redução de danos, decidida com atraso e sem direito a reverter retroativamente o que já foi descontado, com juros acima do mercado, diretamente da folha de pagamento dos aposentados e pensionistas. O Conselho Nacional de Previdência Social também divulgou ter aprovado medidas para aumentar a segurança das operações com o crédito consignado e para dis-

ter até 10% de sua renda com empréstimo por meio do cartão de crédito. Segundo Marinho, algumas instituições pediam à Dataprev a reserva de margem de 10%, mesmo sem realizar as operações.

Ganhos milionários

Como se vê, a propaganda de governo promove o ocultamento do que há de nocivo e prejudicial nessas ações, divulgadas a título de grandes benefícios e correção de rumos. "São mudanças para aumentar a transparência, o controle e a segurança das operações", destacou Luiz Marinho.

A ótica de Marinho é a mesma do cidadão-cliente-consumidor, tão cara ao três vezes ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, antes tão criticado pelo PT e CUT, nos mandatos FHC. O "cidadão" tem a liberdade para se endividar, e o Estado se alia ao sistema financeiro e ao mercado para "aumentar a segurança das operações". Enquanto protege o sistema, o governo vende a imagem de que briga com os bancos para defender o povo. "Espero que os bancos retirem essa reserva (da margem de crédito) e voltem ao mundo real. Se daqui para a frente a instituição incorrer numa falha, ela fica 45 dias sem poder operar com o crédito consignado", advertiu o ministro.

Num Brasil em que o presidente da república afirma que o país está muito bem, porque os bancos estão ganhando muito dinheiro, e o povo fazendo muita compra financiada, essa parceria do governo com os bancos - disfarçada de mais controle para proteger o povo - expressa-se em números. Ao anunciar as medidas, Marinho informou que, somente em janeiro, os bancos registraram a realização de 756 mil novas operações com cartão de crédito. Marco Antônio de Oliveira, presidente do INSS, informou que, até dezembro, seriam realizadas 929 mil operações com cartão.



Marinho determinou a inclusão no documento de uma frase lembrando da necessidade de usar o crédito consignado de forma adequada." Na seqüência, o texto destaca a frase impressa no primeiro comprovante enviado pelo Correio: "Cuidado ao usar o cartão de crédito e o empréstimo consignado. O crédito só é fácil quando você pode pagar. Qualquer dúvida ligue para a Central 135".

mação fundamental, que passou despercebida no meio da euforia pelo estímulo a novos créditos. Marinho explicou que houve, em 2007, duas reduções na taxa Selic (a taxa básica de juros definida pelo Banco Central). Essas reduções, contudo, não foram repassadas ao crédito consignado. "Isso está sendo feito agora", anunciou enfático o ministro. Isso significa - mas o ministro não disse - que des-

ciplinar o financiamento com cartão de crédito. Com isso, as instituições financeiras foram proibidas de reservar margem no crédito consignado para operações futuras e de oferecer empréstimos com prazo de carência. Até agora os bancos embutiam juros nas operações com prazo de carência. Com as medidas adotadas no final do ano passado, os beneficiários da Previdência passaram a poder comprometer

Sólida parceria

O favorecimento dessa política de empréstimos consignados em folha ganha solidez no governo Lula. Foi o próprio Ministério da Previdência a propor empréstimos para os aposentados a juros menores, enquanto Lula incentivava, já no seu primeiro mandato, cada brasileiro a ter sua conta bancária. A CUT – braço aliado do governo – fazia convênio com os bancos, inclusive orientando os sindicatos a ela filiados a facilitar o caminho para os empréstimos bancários, estimulando o endividamento popular.

O espaço publicitário da televisão e dos jornais ficou inundado por propagandas – às quais se prestaram respeitados atores e atrizes da telinha e do teatro nacional – que ofereciam dinheiro a juros “baixos”, usando e abusando do ultrajante dis-

curso das “facilidades”. A página da Previdência Social trazia, anos passados, diversos textos estimuladores do empréstimo bancário. Em texto publicado em 24 de maio de 2005, com o título “Agiotas modernos”, o Sintufsc já advertia aposentados e pensionistas sobre os riscos de endividamento.

O governo se oferecia como fiador desse endividamento com cobrança em folha, divulgando oficialmente, em maio de 2005: “O crédito consignado oferece juros mais baixos que os praticados do mercado, pois as parcelas do pagamento do empréstimo são descontadas direto na folha de pagamentos do INSS. O melhor de tudo é que este dinheiro mais barato tem ajudado principalmente os aposentados e pensionistas que menos recebem: 43% das operações de crédito foram para quem recebe um benefício de até um salário mínimo”.

Nesses últimos anos, circulou muita notícia no correio de voz das conversas de famílias dando conta de que pais, avós e outros familiares idosos se encontravam com a corda no pescoço. Haviam contraído empréstimos para ajudar algum filho, neto ou parente que, por sua vez não tinham como devolver, ao seu mecenas da miséria, a soma mensal para pagar as prestações ao banco.

O elogio do endividamento

Para dar mais corda ao “enforcado” foi lançado, em maio daquele mesmo ano de 2005, novo mecanismo para solicitar o empréstimo consignado com desconto em folha: o cartão de crédito. O Sintufsc advertia: “O diferencial é que os beneficiários da Previdência poderiam realizar compras pelo cartão sem precisar sair do

banco com dinheiro em espécie. O negócio parece tão lucrativo, com pagamento garantido, que as financeiras estão prometendo o empréstimo consignado sem ter convênio com a Previdência Social. No final das contas, é o velho agiota com novo significado.”

Agora, à distância de três anos, o governo e a imprensa divulgam o envio de contracheques e as medidas para aumentar a segurança das operações como um ganho histórico de aposentados e pensionistas. As notícias só tecem elogios às vantagens prometidas, entre as quais ter mais controle sobre empréstimos consignados, que apresentam risco zero para os bancos e financeiras. Assim, mais uma vez o governo Lula mostra sua habilidade em desviar os verdadeiros focos de insatisfação, como o fato de o reajuste dos aposentados ser inferior ao

concedido para o salário mínimo.

Em 2007, os 8,1 milhões aposentados e pensionistas que recebem acima de um salário mínimo, ganharam um reajuste de 3,3%, enquanto a correção do salário mínimo, no mesmo período, foi de 8,57%. Ao mesmo tempo, o governo estimula os beneficiários do INSS a afundarem na dívida bancária para compensar o “benefício” cada vez mais raquítico. O senador Paulo Paim (PT/RS) tem afirmado que, se não mudar a regra, a maioria dos aposentados receberá, em poucos anos, apenas o valor do mínimo. Ele é autor do projeto de lei 58/03, que assegura às aposentadorias e pensões o mesmo índice de reajuste aplicado ao salário mínimo. O PL tramita com lentidão no congresso nacional, enquanto o ultraje da velhice corre a passos largos nesse Brasil de desigualdades.

Jogos perigosos na plenária da Fasubra

Nos dias 6 e 7 de junho foi realizada, em Brasília, a Plenária Nacional da Fasubra, que reuniu quase 100 delegados, além dos observadores e diretores da federação. Os principais pontos da pauta foram a análise, debate e encaminhamentos acerca da MP – 431 e da Portaria número 4, que começa o processo de desvinculação dos Hospitais Universitários das universidades. Após analisar a MP - 431, os delegados presentes

na plenária deliberaram pelo encaminhamento das diversas ações, visando cumprimento do Termo de Acordo, com a liberação dos recursos do reajuste no salário do conjunto da categoria. Já que naquele momento havia muita insegurança em relação à liberação do reajuste salarial dos trabalhadores. Agora, os reajustes já estão nos contracheques dos trabalhadores, inclusive retroativos a maio.

Em relação à Portaria número 4, a plenária aprovou uma série de encaminhamentos. (confira na íntegra na página do Sintufsc na internet).

Conforme o relato feito pelos delegados eleitos pela categoria para representar a base

do Sintufsc, Paulo Liedke, Jorge Fernandes e Maria Nazaré Wagner, a impressão que se teve na plenária é a mesma da avaliação da base, ou seja, a federação tem uma forte intimidade com o governo. Segundo os delegados mais uma vez a plenária se limitou a discutir problemas específicos, como o do cumprimento do acordo com o governo, deixando de lado a discussão sobre a luta efetiva pela carreira. Nazaré, que participou pela primeira vez de uma plenária, relata que a intimidade entre governo e federação ficou clara. A trabalhadora explica que apesar de não se declararem governistas, defendem e votam a favor da posição do governo. Os delegados reclamaram também de como foi feita a condução da plenária, que gastava horas em discussões exaustivas, “empurrando a votação para o final”. Paulo Liedke explica que teve que solicitar que a votação fosse an-

tecipada, pois somente para debater a portaria dos HUs havia mais de 60 inscritos.

Os delegados narram que a votação foi atropelada e muitas coisas foram votadas em blocos. Eles chamam a atenção sobre a decisão em relação à revogação da Portaria número 4. Antes da votação havia a manifestação de cerca de 70% ou mais, da plenária, favorável pela “revogação imediata da portaria”. Com o jogo do empurra-empurra e a demora para a votação, que aconteceu quando vários delegados já haviam viajado, acabou sendo aprovada apenas a luta pela suspensão da portaria, deixando para que a revogação fosse discutida no futuro.

Outra situação que se confirmou foi a disputa de correntes políticas que fazem parte da federação. Os delegados da base de Santa Catarina se declaravam independentes, ou seja, estavam ali representando apenas a base. Jorge Fernandes, em seu

relato na assembléia, confirmou que a direção da Fasubra é realmente “pelega”. Para o trabalhador é necessário que seja feito um trabalho sério para se retomar a federação.

Segundo Nazaré, o “peleguismo” da Fasubra fica difícil de ser identificado pela base, já que eles mantêm um discurso de esquerda. A trabalhadora acredita que os delegados eleitos pela base da UFSC para a plenária representaram fielmente a categoria.

Os delegados reafirmaram para direção da Fasubra a grande desconfiança que a base tem com a federação, que aumentou em 2007, por conta das negociações e do desfecho do acordo de greve. Eles avaliaram que ficou claro que a federação está atrelada ao governo, que está comprometido com os interesses do capital.

Maria Nazaré acredita que os trabalhadores estão vivendo um momento de dependência, “estão a mercê da política do governo”.



Trabalhadores na plenária

Alimentação Sadia

Texto e fotos: Ricardo Casarini

Entre os dias 3 e 6 de junho o DCE da UFSC realizou, no auditório do Centro de Convivência, o II Fórum de Direitos Estudantis, que contou também com a participação de trabalhadores técnico-administrativos, professores e membros da administração da universidade. Um dos principais temas debatidos pela comunidade acadêmica foi: "O direito a uma alimentação saudável". Um das coordenadoras gerais do Sintufsc, Maria Nazaré Wagner, que participou dessa discussão, em sua intervenção lembrou que a grande maioria das reivindicações dos estudantes já estava na pauta da luta desde o final da década de 70, e que até agora pouco tem sido feito pela administração da universidade. Moradia digna, transpor-

te público gratuito, alimentação de qualidade e gratuita sempre estiveram presentes nas vozes dos estudantes que lutavam desde aquela época. Para Nazaré, o Restaurante Universitário deveria ser gratuito, teria que se abrir mais vagas para moradia estudantil, mais bolsas, enfim, há uma necessidade de uma política pública para dar melhores condições de permanência na universidade para os estudantes. A trabalhadora chama atenção para o fato de o governo dizer que está trabalhando para implementar políticas públicas que dariam mais condições de acesso a pessoas de baixa renda ao ensino superior, mas não melhorar a infraestrutura e condições da universidade para receber os pobres. Ela cita o

exemplo das ações afirmativas, como o sistema de cotas, e projetos de expansão, como o Reuni. Para Nazaré de nada adianta tentar dar mais acesso ao ensino para os pobres, se a universidade não está preparada para recebê-los. A coordenadora do sindicato explica que, em sua opinião, "hoje a universidade está preparada apenas para ocupar o rico e formar a classe média. Não está preparada para receber os pobres". Por isso, essa dinâmica do governo está fadada ao fracasso."

Maria Nazaré considera legítima uma das principais reivindicações dos estudantes, que é de se ter a opção de alimentação vegetariana e orgânica no RU. Durante a ocupação da reitoria, na greve de 2007, os estudantes elaboraram

"Nada beneficiará tanto a saúde humana e aumentará as chances de sobrevivência da vida na Terra quanto a evolução para uma dieta vegetariana. A ordem de vida vegetariana, por seus efeitos físicos, influenciará o temperamento dos homens de uma tal maneira que melhorará em muito o destino da Humanidade".

Albert Einstein

um documento para ser entregue à administração da universidade, elencando a pauta de reivindicação. Mas, até o momento, eles não obtiveram qualquer resposta da reitoria. Nazaré defende a opção vegetariana no RU e acredita que é possível oferecê-la sem gerar grande demanda financeira.

Por parte da reitoria quem esteve presente na discussão foi o pró-reitor de Assuntos Estudantis, Cláudio José Amante. Embora Cláudio tenha se declarado vegetariano, defendeu a comida que hoje é servida no RU. Para o pró-reitor a alimentação servida é de primeira qualidade. Carne, vegetais, enfim, é "tudo de primeira". Para ele, a mudança na alimentação servida no RU tem que ser feita gradualmente.

Nazaré diz que é preciso repensar o que deve ser considerado de primeira qualidade. Para ela, os alimentos orgânicos, produzidos sem defensivos agrícolas e agrotóxicos é que devem ser considerados como produtos de

primeira. A trabalhadora acredita que a universidade tem uma dívida histórica com a comunidade e, incluir a opção vegetariana no RU seria uma boa oportunidade para universidade começar a pagar esta dívida. Ela lembra que, no passado, e hoje em dia, os cursos universitários e a pesquisa produzida na academia sempre ensinaram a se produzir alimentos utilizando agrotóxicos. Todas essas informações ajudaram a potencializar a produção agrícola e a expansão do mercado internacional de defensivos, sementes, equipamentos... E foi essa expansão agrícola trouxe para dentro das casas os alimentos não saudáveis, gerando muitas doenças para a sociedade. Conforme Nazaré, isso também contribui para o aumento do custo de vida da população.

Então, como afirma a trabalhadora, a universidade precisa reverter essa situação e um primeiro passo seria oferecer a opção vegetariana no RU.

"Ser vegetariano é viver uma vida de paz, saúde e longevidade".

Sócrates, filósofo grego.



Vegetufsc

“Haverá um tempo em que os seres humanos se contentarão com uma alimentação vegetariana e julgarão a matança de um animal inocente da mesma forma como hoje se julga o assassino de um homem.”

Leonardo da Vinci

Durante a ocupação da reitoria da UFSC, realizada pelos estudantes durante a greve de 2007, aproximadamente 100 pessoas ficaram acampadas dentro do saguão. Naquele momento, várias frentes de trabalho foram formadas para dar conta das negociações com a administração da universidade, para a convivência e sobrevivência dos que permaneceram no acampamento.

Uma das frentes formadas pelos estudantes era a da cozinha comunitária, responsável pela alimentação de todos. Logo no início dos trabalhos, os estudantes constataram que a maioria dos que iriam se alimentar eram vegetarianos. Portanto, todo o preparo da comida ficou baseado na alimentação vegetariana. Mais que simplesmente se alimentar, os estudantes se reuniram e decidiram debater a necessidade de a comunidade universitária ter acesso a uma alimentação saudável e de qualidade. A partir dessa conversa é que surgiu o Vegetufsc, um grupo de pessoas que se comprometeu a discutir e tentar apontar caminhos para que todas as pessoas da universidade também tivessem acesso à alimentação vegetariana. Essa já é uma reivindicação que está há tempos na pauta da luta dos estudantes.

Eduardo Cordeiro, estudante da sétima fase do curso de Ciências Sociais, diretor do DCE e um dos responsáveis pela comida dos estu-

dantes durante a ocupação, explica que o grupo está discutindo estratégias para a melhoria da qualidade da alimentação servida no Restaurante Universitário. Foi criada uma rede, com uma lista na internet, em que os que quiserem participar colocam o nome e

cleos de Agroecologia, como, por exemplo, o do CCA da UFSC, além de possibilitar a compra institucional através do Conab – Companhia Nacional de Abastecimento e o Ministério do Desenvolvimento Agrário. O estudante afirma que a universidade inclusive vai economizar nas despesas com a compra de alimentos. “Se for comparar os preços, hoje se gasta muito mais”.

Para isso, o Vegetufsc entende que a instituição deve fazer sua parte, realizando os estudos de viabilidade e dando os encaminhamentos necessários. Ele

Feira dos Orgânicos, que hoje acontece todas as quartas-feiras, na Praça da Cidadania, em frente à reitoria. Coordenado pelo professor Armando de Melo Lisboa, o projeto de extensão está associado com a Rede de Economia Solidária, Rede Eco-Vilas e a Biorga – Cooperativa de Produtos Orgânicos. A partir da necessidade de se criar um processo de comercialização alternativa se efetivou a realização da Eco-Feira e da compra coletiva, realizada uma vez por mês na UFSC. Este mês o grupo realizou a décima terceira compra que funciona da seguinte maneira: a

Eco-Feira. Os gestores disponibilizam uma planilha coletiva, as pessoas fazem os pedidos e, quando os produtos chegam, é feita a partilha, também durante a Eco-Feira.

Eduardo explica que a idéia é romper com o mercado e criar uma rede, uma cooperativa de consumo, que estaria conectada com a Rede de Economia Solidária. Para isso o grupo está pleiteando um espaço para a instalação de uma Loja Solidária.

Um dos espaços que pode servir para a instalação da loja, que hoje está sem uso, é a sala ao lado da agência dos Correios, no Centro de Convivência. Ali funcionaria um centro de comercialização solidária, onde as pessoas encontrariam produtos orgânicos, roupas, sapatos e serviços. Também poderia funcionar uma feira de trocas, com moda social.

Eduardo afirma que este pode ser um espaço pedagógico, com exposições de filmes e apresentações de arte. Tudo depende de um comprometimento da administração da universidade, que entraria na parceria com o espaço, com bolsas para os estudantes que trabalhariam ali e, é claro, com a oferta da opção vegetariana e orgânica no RU.



Partilha de alimentos da compra coletiva

entram nas discussões. O grupo também se reúne uma vez por semana, geralmente nas segundas-feiras. A proposta do Vegetufsc é de que o RU da UFSC forneça a opção de alimentação vegetariana e melhore a qualidade dos alimentos servidos. O grupo reivindica mais opções de saladas, vegetais, arroz integral e, também, produtos orgânicos.

Eduardo considera que é viável, inclusive financeiramente, a oferta da opção vegetariana no RU. Ele acredita que essa alternativa também vai impulsionar Redes de Economia Solidária, Nú-

cita exemplos como o da UNB, de Brasília, e o da Universidade Federal de Minas Gerais, em que os RUs já oferecem a opção vegetariana e diz que a qualidade é muito boa. Participam das discussões do Vegetufsc estudantes da odontologia, enfermagem, serviço social, jornalismo, geografia, engenharia mecânica. Uma boa parcela da comunidade universitária.

Eduardo também faz parte do núcleo gestor da compra coletiva, realizada desde 2006 na universidade. Ele explica que a idéia surgiu através do Eco-Feira Solidária, a

pessoa coloca seu nome em uma lista eletrônica ou conversa diretamente com as pessoas do núcleo gestor, durante a

Para saber mais sobre o vegetarianismo e o modo de produção animal assista o documentário: *A Carne é Fraca*, do Instituto Nina Rosa - www.institutoninrosa.org.br. O setor de comunicação do Sintufsc também possui cópias para empréstimo.



Cai de vez a máscara

Governo quer mesmo acabar com HU 100% SUS

Nos dias 31 de maio e 1º de junho foi realizada, em Brasília, a reunião do GT- HU da Fasubra. Os coordenadores do Sintufsc Marco de Pádua Borges e Rodrigo Borges participaram do encontro, que discutiu principalmente a portaria n 4, que inicia o processo de desvinculação dos HUs das universidades. Rodrigo relatou que no primeiro dia das discussões foi apresentado o relatório oficial sobre a portaria e a federação solicitou às bases que obtivessem as posições oficiais dos reitores em relação a ela. A federação também informou sobre a reunião com o governo, que ha-

via acontecido no dia anterior. Segundo os relatos, o sub-secretário da SPO – Secretária de Planejamento e Orçamento, Paulo Rocha, que participou da reunião com os trabalhadores, afirmou que separar os hospitais do restante da universidade “não significa a criação de um ente novo”. Para isso teria que ser publicada uma lei, não uma portaria. Paulo Rocha também disse ser “totalmente a favor de acabar com a idéia de os HUs serem 100% SUS”. Para ele, o custeio da saúde é muito alto e seria “impraticável” manter os hospitais universitários atendendo 100% pelo SUS. O sub-secretário diz que o governo não têm dinheiro suficiente e, por isso, tem que realizar convênios.

Paulo Rocha explicou que a portaria permite o relacionamento direto entre a Secretária de Planejamento e Orçamento do MEC e os hospitais universitários, não tendo mais a universidade como intermediária. Os HUs vão gerir os recursos através de uma Unidade Gestora. Ele afirmou que a maioria dos hospitais universitários já possui uma Unidade Orçamentária: “apenas 16 hospitais estão de fora”. O representante do governo também reforçou a idéia da contratação de pessoal através da CLT, embora o Supremo Tribunal Federal, em 2007, tenha declarado inconstitucional este tipo de contratação dentro da administração direta. O representante do governo defendeu a criação

das fundações estatais de direito privado, afirmando ser “um mal necessário”, para suprir a falta de pessoal. Justificando a criação das fundações, o sub-secretário entra em contradição. Diz que o governo sabe o volume financeiro que entra nas fundações, mas não tem como precisar a “qualidade dos gastos.” O sub-secretário também explicou como ficaria a lotação dos trabalhadores dos hospitais. Ele disse que os docentes permaneceriam lotados na universidade, realizando aulas e pesquisa e, para realização de procedimentos médicos, teriam a possibilidade de receber através de pró-labore. Já os técnicos ficariam lotados no próprio hospital. No segundo dia de dis-

discussões do GT-HU os participantes discutiram a PLP – 92, que cria as Fundações Estatais de Direito Privado para gerir serviços públicos. O GT- HU aprovou algumas propostas em relação aos hospitais universitários:

- Realização de um encontro nacional dos HUs
- Fazer um diagnóstico dos hospitais e da força de trabalho
- Luta pela revogação imediata da portaria n 4
- Realização de concurso público para os HUs
- Promover ações junto ao TCU, Ministério Público, Procuradoria da União, pela retirada da PLP –92
- Retomar a mobilização nas bases com a criação de um Dia de Luta em defesa dos HUs
- Retomar a discussão com os usuários dos hospitais

Trabalhadores exigem seminário sobre plano de saúde

Informações da UFSC são Insuficientes

Durante a sessão da AGP – Assembléia Geral Permanente dos técnicos-administrativos da UFSC, realizada no auditório da reitoria, na tarde do dia 25 de junho, os trabalhadores manifestaram sua indignação com a atitude da administração da universidade de não realizar um seminário informativo sobre o plano de saúde. O Sintufsc enviou três ofícios à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social,

solicitando a realização do seminário. A resposta da universidade, no entanto, foi de que não é necessária a realização do seminário. Segundo a administração, os trabalhadores já estariam sendo suficientemente informados através do portal da universidade na internet e dos guichês da Unimed que foram instalados no campus. Diante dos insistentes pedidos de esclarecimentos por parte dos trabalhadores na sede do sindicato, e em quatro assembleias consecutivas, o Sintufsc mais uma vez enviou ofício ao reitor, ao pró-reitor de Desenvolvimento Humano

e ao diretor do PRDHS, comunicando a decisão dos trabalhadores e reforçando o pedido para que seja realizado um seminário informativo sobre o plano de saúde, com ampla e prévia divulgação. Vale lembrar que o contrato do plano de saúde foi assinado entre a UFSC e a Unimed, portanto é de responsabilidade da administração da universidade esclarecer devidamente os trabalhadores. Mesmo não sendo o papel da entidade, o Sintufsc tem procurado informar os trabalhadores sobre o plano. O setor de comunicação do sindicato preparou dois

informativos *Mais Lida* com informações sobre o plano e, na última edição do jornal *Circulação*, foi publicado um caderno especial sobre o plano de saúde. A coordenação do sindicato informa que também não dispõe informações para responder questões como margem consignável, parcelamentos e desconto em folha. Somente a administração da universidade pode responder essas perguntas. Portanto, mais uma vez, o sindicato segue os passos da categoria e insiste na realização do seminário informativo. Na AGP os trabalhadores também aprovaram um

encaminhamento à Fasubra, solicitando que a federação lute para que os trabalhadores que não aderirem ao plano possam receber o valor pago pelo governo (42 reais para o titular e do plano e dependentes), direto na folha de pagamento. Foi aprovado na Plenária da Fasubra lutar por mudanças na Portaria 1983, no tocante à abertura de opção para outras modalidades. Uma dessas modalidades, segundo os trabalhadores de base do Sintufsc, deve ser a possibilidade de receber o valor do auxílio saúde no contracheque.



Trabalhadores buscam caminhos de organização

Texto e foto: Ricardo Casarini

Nos dias 18, 19 e 20 de junho os servidores públicos federais do INSS e do Ministério da Saúde se reuniram em Florianópolis para participar do Congresso Estadual da categoria. O evento debateu temas importantes como a Reforma Sindical e o direito de greve dos servidores, as novas regras para as aposentadorias no serviço público, o caminho para a superação do preconceito – trazendo um debate sobre gênero

de de construir um novo instrumento de luta para os trabalhadores.

Joaninha de Oliveira, da Conlutas, lembrou a história da criação da CUT, em que ela participou ativamente. Para a trabalhadora hoje a CUT está associada ao governo, e por isso há necessidade de criar outra central, que possa representar efetivamente os interesses dos trabalhadores. Segundo ela, a CUT “morreu para a luta dos trabalhadores”. Joaninha expli-

cou, e o operário, que serve aos interesses dos trabalhadores. “A aliança entre a burguesia e a classe operária é impossível de funcionar. É como dar as mãos a Deus e ao Diabo”.

Com a CUT atrelada ao governo federal fica mais clara a necessidade da criação de uma central capaz de representar os interesses da classe trabalhadora, diz Joaninha. Segundo ela, a Conlutas pretende unificar os explorados, para que possam se organizar. Ela citou o exemplo dos trabalhadores terceirizados, que não têm onde fazer sua organização.

Joaninha diz que a moral da nova entidade é a ética e a construção de um programa que combata a burocratização. “A Conlutas pretende acabar com os privilégios dos dirigentes sindicais, com o imposto

fez um resgate histórico das lutas dos trabalhadores e da atuação do movimento sindical no Brasil.

Relembrou a criação da CUT, em 1983, fruto das greves de 1979 e 80 e comentou sobre o fato de a central ter se desviado de seu papel original ao se adequar com o sistema do capital. Segundo o diretor da federação, a CUT já havia abandonado os trabalhadores nas greves de 93, 96 e 97. Ele também lembrou que, em 97, diretores da CUT defendiam, em uma sessão no Congresso Nacional, a aprovação da mudança de tempo de serviço para tempo de contribuição, para aposentaria, enquanto cerca de 300 trabalhadores eram impedidos de entrar no Congresso e apanhavam da polícia lá fora. Segundo ele, tudo isso foi observado para que a Fenaspss rompesse

“Agora todos os trabalhadores vão ter que trabalhar 5, 10, 15 anos a mais”.

O diretor da Fenaspss, Hélio de Jesus dos Santos, explicou porque a Fenaspss e o Sindprevs/SC rejeitaram a representatividade da CUT. Ele conta que os trabalhadores participaram da criação da CUT e a deixaram por conta “da falta de democracia nas decisões da central”. A Fenaspss saiu da CUT em 1998. O dirigente diz que a CUT indicou 2000 cargos para o governo Lula, o que prova que a central está altamente comprometida com o a política governamental.

Para Hélio é necessário se filiar a alguma central. “É preciso coragem para mudar. Depois da desfiliação, o próximo passo é decidirmos para onde vamos e com quem vamos. No entanto, não existe



e raça - e o modelo de avaliação de produtividade que o governo quer implantar na Previdência Social e no Ministério da Saúde. Aproximadamente 350 trabalhadores participaram do congresso. No último dia do congresso, os representantes das forças políticas, ligados a Fenaspss – Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Previdência e Assistência Social debateram sobre a necessida-

ca que está trabalhando para a construção da Conlutas, pois “a central é uma entidade sindical e popular, com participação dos sem-teto, sem-terra, mulheres, oposições sindicais, sindicatos e estudantes.”

A trabalhadora também fez duras críticas ao “governo Frente Popular” do PT. Para ele no Brasil existem dois tipos de Estado: o burguês, que está em função da garantia do direito da pro-

sindical e fazer um envolvimento internacional, como no caso do Haiti, país em que tropas militares brasileiras ocuparam a serviço do imperialismo.”

Nesse sentido falou da importância de os trabalhadores participarem do Congresso da Conlutas, que acontece entre os dias 3 e 6 de julho, em Betim, Minas Gerais, e deve reunir cerca de cinco mil trabalhadores.

Moacir Lopez, da Intersindical e diretor da Fenaspss,

com a CUT e começasse a trabalhar para a criação de uma nova central. Moacir ressaltou que existia um “sonho popular” até a primeira eleição do presidente Lula, depois as coisas mudaram de direção e, os trabalhadores já tiveram que fazer Lembrou que um dos principais ataques do governo contra a classe trabalhadora foi a reforma da previdência, que acabou com a paridade e com a aposentadoria por tempo de serviço.

possibilidade de construir um novo instrumento de luta sem a unidade.”

O trabalhador acredita na criação de um novo instrumento de luta que possa pensar o homem como “Ser” e não como “Ter”. Uma central que tenha a capacidade de respeitar as diferenças. E conclui: “o socialismo é um sonho que não podemos abandonar”.

Um “quentão” na luta

Fotos: Ricardo Casarini

No dia 20 de junho, solstício de inverno, na sede do Sintufsc, foi realizada a Festa Junina dos Trabalhadores da UFSC. Técnico-administrativos e professores se uniram para um momento de descontração e alegria. Mesmo com o frio e a garoa fina que caiu no fim da tarde, muitos compareceram com a família para se divertir. A festa foi “regada” a pipoca, paçoca, frutas, doces e muito quentão para esquentar.

Entre as atrações culturais, música tradicional com o grupo musical Oi Leva

Eu, de Florianópolis, teatro e apresentação

de bonecos gigantes do Grupo de Teatro Menestrel

Faze-Dô, de Lages, e intervenção

teatral do ator Eduardo Bolina, que

representou o personagem Pedro Tainha. O

Grupo de Boi de Mamão, Alevanta Meu

Boi, da Lagoa da Conceição também

garantiu diversão para adultos e

crianças. A festa junina foi organizada

conjuntamente entre o Sintufsc e a Apufsc. Além

de proporcionar momentos de descontração e

alegria, a festa serviu para unir as duas

categorias em busca de forças

para retomar a longa estrada de lutas.

Só com ale-

gria...

